

AS POLÍTICAS TRANSFRONTEIRIÇAS DO MERCOSUL E A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA

MERCOSUL CROSS-BORDER POLICIES AND A BRAZIL-PARAGUAY-ARGENTINE FRONTIER

Giuliano Silveira Derrosso¹ & Mauro José Ferreira Cury²

¹ Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE)
Mestre em Administração (UEM). Graduado em Psicologia e Administração
Professor na Universidade da Integração. Latino-americana (UNILA)
e Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC)
Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1000 - Lot. Universitario das Americas,
Foz do Iguaçu - PR, CEP: 85870-650, Brasil
E-mail: gderrosso@yahoo.com.br

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, Pós Doutorado em Geografia
pela UFPR (2013) e Turismo, Lazer e Patrimônio pela Universitat de Barcelona
(2015). Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente no
Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE)
Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Lot. Universitario das Americas,
Foz do Iguaçu - PR, 85870-650, Brasil
E-mail: maurojfc@gmail.com

Recebido 07 de Novembro de 2018, aceito 21 de Maio de 2020

Resumo: A partir da implantação do MERCOSUL no ano de 1991, diversas foram as tentativas e aproximações na criação de políticas de integração do mercado comum entre os países participantes desse bloco. Além das questões comerciais, procurou-se avançar em políticas de integração na área de educação, saúde, mobilidade urbana, dentre outros. O objetivo deste trabalho é o de recuperar o desenvolvimento das propostas do MERCOSUL para a região e principalmente confrontar com a realidade encontrada na Tríplice Fronteira do bloco, formado por Brasil – Paraguai – Argentina. Através de pesquisa documental e

observação de participantes, foi possível verificar o cotidiano desta fronteira e analisar o funcionamento das políticas de integração. Adotamos o termo Territorialidade Transfronteiriça do Iguassu (TTI) para melhor caracterizar tal território e destacar as potencialidades de uma realidade transfronteiriça na região. A partir deste estudo, verifica-se que há muito que se avançar nas políticas de integração do bloco e principalmente na adesão destas propostas pelos países membros, que ainda não se vê refletida na prática nesta territorialidade. O que se percebe é movimentos locais e arranjos particulares que são realizados na Tríplice Fronteira como forma de se resolver problemas pontuais ou mesmo avançar em políticas de integração, longe das políticas de Estado e da filosofia do Mercosul.

Palavras-chave: Mercosul, Tríplice Fronteira, Transfronterização

Abstract: Since the implementation of MERCOSUR in 1991, there have been several attempts and approaches in the creation of common market integration policies among the countries participating in this bloc. In addition to commercial issues, we sought to advance integration policies in the areas of education, health, urban mobility, among others. The objective of this work is to recover the development of the MERCOSUR proposals for the region and mainly to confront the reality found in the Triple Frontier of the bloc, formed by Brazil - Paraguay - Argentina. Through participatory documentary research and observation, it was possible to verify the daily life of this frontier and to analyze the functioning of integration policies. We have adopted the term Transboundary Territoriality of Iguassu (TTI) to better characterize this territory and highlight the potential of a cross-border reality in the region. From this study, there is much progress in the integration policies of the bloc and especially in the adhesion of these proposals by the member countries, which has not yet been reflected in the practice in this territoriality. What is perceived are local movements and private arrangements that are carried out in the Triple Frontier as a way to solve specific problems or even to advance in integration policies, far from the policies of the State and the philosophy of Mercosur.

Keywords: Mercosur, Triple-border, Transboundary

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é o de analisar como as políticas de transfronteirizações do Mercosul e atuam na realidade prática na fronteira entre Brasil – Paraguai – Argentina. Para isto serão realizadas pesquisa documental e observação de participantes para se conhecer a realidade e o cotidiano desta fronteira, comparando com as políticas e avanços obtidos a partir da formação do Mercosul no ano de 1991.

Como lócus desta pesquisa, irá se partir da proposição de Cury (2010), “onde o autor demonstra a existência das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI), que está centralizada pelos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazú, na Argentina e Ciudad del Este, no Paraguai”.

Quando se pensa em fronteira, conforma indica Hissa (2006),

“normalmente se associa às ideias de divisão, muros, intransponibilidade, entretanto o espaço vivido pelos indivíduos que habitam a fronteira é mais amplo e complexo do que as delimitações possam determinar. É comum nesses estudos de fronteiras ressaltar, conforme aponta o autor, a dicotomia geográfica do “nós e eles”, mas é impossível pensar aspectos sociais e subjetivos nesta mesma dicotomia”. Foucault (2009, p. 24) aborda a questão da comunicação entre diferentes territórios: “são convenientes às coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo de outra”.

Mesmo na União Europeia (UE) que, a partir de 1995, com a entrada em vigor do acordo Espaço Schengen, os Estados nas suas soberanias acabam por fechar

as fronteiras ou dificultar certos fluxos transfronteiriços. De certa forma, pode-se dizer que as fronteiras não estão desaparecendo, mas sim o controle de fluxo está sendo gradativamente eliminado. É evidente que mesmo fronteiras abertas passam a contar com sistemas de vigilância e controle eletrônicos, substituindo, em parte, o aparato físico de controle por um aparato tecnológico. A fronteira dos Estados Unidos da América (EUA) com o México, por exemplo, atualmente é controlada em sua grande extensão por torres e câmaras de vigilância com sensores de calor e presença para os seus mais de 3.200 quilômetros de extensão.

Com essa visão, pode-se analisar o conceito de transfronteiriço. Compreende-se um território transfronteiriço como “aquele que pelo menos uma parte da sua fronteira se encontra com outra fronteira internacional. Além da sua definição geográfica, a análise do transfronteiriço pode ser ampliada para as relações sócias, culturais, políticas e populacionais” (DERROSSO, 2018). A característica, que identifica uma territorialidade como transfronteiriça, é onde se encontram territórios dispostos a estabelecerem trocas e melhorias para seus habitantes em um caráter estável e prolongado ao longo do tempo, garantindo, assim, melhor desenvolvimento e cooperação entre os territórios.

Esta pesquisa propõe-se a contribuir com as discussões da Geografia e das Ciências Sociais e Humanas em amplos contextos: primeiro para ampliar a compreensão do conceito e discussão desses conceitos de territórios e territorialidades, fronteiras e transfronteiras, contribuindo para os estudos da geografia humana e no avanço do pensamento interdisciplinar.

2. CAMINHO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é considerada qualitativa, pois pretende compreender fenômenos de ordem subjetiva, na busca de sua compreensão. A ênfase desse tipo de pesquisa está na compreensão dos fenômenos nos meios sociais. A pesquisa

qualitativa dentre diversas características pode ser entendida, de acordo com Creswell (2007), como uma investigação que ocorre no cenário natural do sujeito pesquisado com métodos de coleta de dados que são interativos, afirma, que não tem como se evitar interpretações pessoais do pesquisador, que se baseia em fatos sociopolíticos e históricos daquele momento. Outros aspectos considerados por Flick (2009) essenciais para uma pesquisa qualitativa são: boas escolhas de teorias e métodos; considerar a diversidade e as diferentes perspectivas dos participantes da pesquisa, além de tratar as reflexões do pesquisador e na diversidade das abordagens e métodos qualitativos.

Com relação a abordagem da pesquisa, esta se classifica como descritiva, tendo em vista, como mencionam Selltitz et al. (1967), “que uma grande quantidade de pesquisa social se volta para a descrição das características de comunidades, ou seja, tenta descrever a estrutura da organização social da comunidade ou dos principais padrões de comportamento”.

Para a realização de parte da pesquisa, foi realizada busca documental procurando levantar dados históricos, sociais e econômicos relacionados às TTIs. Segundo May (2004, p.208), “os documentos, obtidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e, em longo prazo, eles consistem em leituras particulares dos eventos sociais”.

Na pesquisa documental, o que muda em relação à pesquisa bibliográfica é a natureza das fontes, que podem ser: cartas pessoais, memorandos, boletins, ofícios, relatório de pesquisas ou de empresas, entre outros. Existirão dados previamente analisados, como elementos que não passaram por nenhuma análise. A relevância do uso de pesquisa documental está no fato de que esses documentos podem proporcionar uma melhor perspectiva do problema abordado (Creswell, 2007).

Para a pesquisa documental, foram analisados dados econômicos, históricos, geográficos das cidades que formam as TTI, Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Para isso, serão observados documentos oficiais, sites das prefeituras e governos locais, além de outros estudos já efetivados na territorialidade.

3. O MERCOSUL E AS POLÍTICAS TRANSFRONTEIRIÇAS

O Mercosul é o acordo celebrado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no dia 26 de Março de 1991, conhecido como Tratado de Assunção e tem como principal objetivo a integração dos Estados por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

O acordo foi precedido, a partir de 1980, de uma série de tratados de “preferências tarifárias regionais” e “acordos de complementação econômica”, principalmente por Brasil e Argentina, resultante da complementação entre essas duas economias. Destaque, para a constituição em 2000 da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) que trabalhou com as antigas demandas por transporte e integração regional (Souza, 2015)

De acordo com Granato, o processo de redemocratização dos países da América Latina foi fator impulsionador dos acordos de cooperação e futuramente a constituição do Mercosul:

“Con América Latina al margen de los principales flujos del comercio mundial y de la captación de inversiones, el gobierno argentino comenzó a diseñar, desde el regreso de la democracia en 1983, un

espacio regional que le permitiera, junto a Brasil, competir con el resto del mundo, así como ampliar sus márgenes de decisión y negociación, disminuyendo la brecha con el mundo desarrollado. Recuperada la democracia en Brasil, ambos países dieron impulso al Programa de Integración y Cooperación Económica (PICE) que, si bien no fijaría como objetivo la creación de una zona de libre comercio, estableció principios para desarrollarla con la herramienta del intervencionismo estatal”.(GRANATO, 2016. P.382)

Todos esses acordos iniciais previam gradual ampliação dos integrantes, em função das inúmeras diferenças e assimetrias entre os países membros. Com isto, os países passaram a ser considerados importantes receptores de capital estrangeiro. (Granato, 2016 e Souza, 2015)

A partir da sua criação outros Estados se associaram ao Mercosul: Bolívia (em processo de adesão), Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004), Venezuela (2012), Guiana (2013) e Suriname (2013).

O acordo tem seu foco principal, desde seu início, no aprimoramento da união aduaneira e desde 2010 se conduzem as negociações para aprovação do Código Aduaneiro do Mercosul. O bloco responde por 71,8% do território da América do Sul, sua população total é de 275 milhões de habitantes, que corresponde a 69,78% dos habitantes da América do Sul. (MERCOSUL, 2017)

De acordo com o art. 1º do Tratado de Assunção, a criação do mercado comum implica, (MERCOSUL, 2017):

- a) “livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco;
- b) estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política

comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

- c) coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes;
- d) compromisso dos Estados Parte em harmonizar a legislação nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração”.

Dentre as estruturas criadas pelo bloco para favorecer a integração e o desenvolvimento, pode-se citar:

- Tribunal Permanente de Revisão (2002),
- Parlamento do MERCOSUL - PARLASUL (2005),
- Instituto Social do MERCOSUL (2007),
- Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (2009),
- Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

Uma das questões que interfere no bloco é a assimetria entre os Estados membros e associados, tanto do ponto de vista econômico como no social e político. E tais diferenças acabam por dificultar ou mesmo impedir um processo maior de integração previsto no bloco.

Nessa diretriz de diminuir as assimetrias do bloco, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), para ampliar o financiamento de projetos e aumentar a coesão social entre os Estados, principalmente das economias de menor porte, como por exemplo, Paraguai e Uruguai.

O FOCEM foi criado com clara intenção compensatória e redistributiva entre os países mais pobres, e 70% dos aportes financeiros provêm do Brasil, 27% da Argentina, 2% do Uruguai e 1% do Paraguai. Por outro lado, a distribuição

dos fundos será realizada de forma inversa, 48% para o Paraguai, 32% para o Uruguai, 10% para a Argentina e 10% para o Brasil. (Granato, 2016). Com isto, se pretende ampliar e fortalecer o processo de integração, principalmente entre aqueles com menor potencial econômico e social.

A organização administrativa do bloco é composta por reuniões semestrais de cúpula, que envolvem os presidentes dos Estados parceiros, até encontros em nível municipal que tratam dos mais diversos temas de interesse do bloco, distribuídas nas 21 câmaras temáticas, que participam os ministros de Estado.

Na dimensão política do bloco, importante ressaltar a implantação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), criado em 2005 como órgão de representação dos povos do Mercosul, com sede em Montevideo (UY), que tem funções deliberativas e de recomendação aos demais órgãos do bloco. Sua composição é integrada por representantes designados pelos congressos nacionais até que sejam realizadas eleições diretas de forma proporcional à população dos Estados membros. Hoje (2017), “o Parlasul tem 37 representantes brasileiros, 26 argentinos, 18 paraguaios, 18 uruguaios e 23 venezuelanos. Todos os representantes são membros dos congressos nacionais, com exceção do Paraguai, que realizou eleições diretas para o Parlasul em 2008”. (PARLASUL, 2017)

Entretanto, o órgão não está desempenhando seu papel, conforme apontam Dri e Paiva:

“Desde o final da década de 1990, o Mercosul tem passado por sucessivas crises econômicas e políticas. [...] O Parlasul não foge a esse quadro. Criada em um momento de revitalização política da integração, a assembleia conferiu um novo fôlego ao bloco ao constituir-se em uma arena suplementar de debate político, incluindo parlamentares e atores da sociedade civil. No entanto, ela não

tem conseguido ultrapassar os limites burocráticos estabelecidos pelos órgãos executivos e encontra-se em situação de paralisia institucional desde o início de 2011”. (Dri e Paiva, 2016, p.14)

A maior dificuldade no Parlasul é os representantes superarem a dimensão nacional e pensarem em ações e políticas de abrangência regional, atendendo as necessidades do bloco. As críticas ao Parlasul estão na condição das discussões serem limitadas a questões nacionais ou mesmo locais, nas sessões plenárias realizadas (Dria e Paiva, 2016).

Na área social do bloco, existe o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), criado em 2010, que inclui, entre outros objetivos, “a erradicação da fome, da pobreza e do analfabetismo, bem como a universalização dos serviços públicos de saúde”. Para consecução das atividades sociais do bloco, foi criado o Instituto Social do Mercosul (2007), com sede em Assunção (PY).

Além disto, em 2010, foi aprovado o Estatuto da Cidadania do Mercosul que tem por objetivo garantir direitos comuns aos nacionais dos Estados partes e prevê um espaço de livre circulação de pessoas entre os países. A partir desse Estatuto, é possível perceber uma série de convênios e acordos que envolvem políticas fronteiriças, previdência social, educacional e cooperação consular.

Segundo dados do bloco (MERCOSUL, 2017):

“ ele representa algo equivalente à quinta maior economia mundial, com PIB de US\$ 2,7 trilhões, as trocas comerciais dentro do MERCOSUL multiplicaram-se em mais de 12 vezes, passando de US\$ 4,5 bilhões, em 1991, para o pico de US\$ 57 bilhões, em 2013. Em 2017, os dados até julho mostram crescimento de 22,1% nas exportações brasileiras (US\$ 13 bilhões) e de 53% no saldo

comercial do Brasil com o bloco (US\$ 5,9 bilhões) em relação ao mesmo período de 2016. Além disso, o bloco é o principal receptor de investimentos estrangeiros diretos no continente”.

Um aspecto importante do bloco é a produção agrícola, principalmente as culturas de arroz, soja, trigo, açúcar e milho, considerado o maior exportador mundial de açúcar, o maior produtos e exportador mundial de soja e o primeiro produtor em carne bovina (Ano-base:2018).

Na área econômica, recentemente o Mercosul tem sido utilizado para favorecer negociações internacionais com a União Europeia e com os Estados Unidos, o que poderá dar novo impulso nas negociações inter-regionais. Na prática, depois da união aduaneira, a integração no Mercosul permaneceu estacionada e marcada por dificuldades e atritos entre os membros. Além dessas condições, as crises econômicas e políticas por que passam os Estados membros impactam em um maior desenvolvimento e integração do bloco.

Todos esses aspectos econômicos, de certa forma, promovem a transfronteirização entre estes países, pela circulação de mercadorias e capitais. Entretanto, o lado humano e social dessa condição teve que ser considerado pelo bloco. Ademais desses fluxos migratórios, o bloco teve que se organizar e planejar políticas de integração social e do trabalho. Ocorre que da mesma forma assimétrica e instável que opera o bloco na área econômica, as áreas de migração e trabalho têm apresentado discrepâncias na efetivação das políticas entre os Estados. Ou seja, as questões sociais foram incorporadas pelo bloco em um segundo momento de atuação conjunta, pois o Tratado de Assunção não incluiu aspectos sociais, tampouco previu os impactos das migrações intrarregionais e as questões do trabalho no Mercosul. (Mendes, 2016 e Souza, 2015)

A partir do Protocolo de Ouro Preto, assinado em dezembro 2014, os objetivos do bloco foram ampliados e refletindo mais a atenção as questões sociais e migratórias, e para isto foi criado o Foro Consultivo Econômico-Social. Segundo Geneyro *et al.*:

“O regime de administração integrada do trânsito de nacionais em fronteiras, estabelecido nos primeiros anos do Mercosul, deveria dar lugar a um sistema geral de cooperação em assuntos migratórios, definição e regulamentação de um conjunto de demandas. Entre elas, constavam tópicos sobre residência temporária e permanente, direitos trabalhistas, previdenciários e acesso a benefícios sociais (saúde, educação etc.) em igualdade de condições com os nacionais dos países de acolhimento”. (Geneyro, 1998, p. 193)

A partir desse momento, o bloco teve que considerar questões sociais e migratórias e analisar políticas comuns de gestão integrada. O que se percebe é que os movimentos não se transformaram em medidas práticas em todos os Estados participantes do Mercosul. Nesse sentido, 2 documentos foram importantes para ampliação das políticas em comum:

- a) Acordo Multilateral de Seguridade Social, de dezembro de 1997: marco da proteção previdenciária e que visa garantir direitos previdenciários e de saúde do trabalhadores, aos migrantes dos Estados membros. Ficou assegurada a aplicação dos mesmos direitos e obrigações devidos a seus nacionais, aos estrangeiros;
- b) Declaração Sociolaboral do Mercosul, de dezembro de 1998: assegura igualdade de oportunidades e tratamento no emprego, por meio do princípio da não discriminação.

Entretanto, do ponto de vista prático, se percebe entre os Estados membros dificuldade na aplicação de tais acordos, principalmente pelo argumento da defesa dos mercados nacionais e a igualdade nas oportunidades dos migrantes. Mesmo assim, “diversos instrumentos foram criados para facilitar a permanência e circulação de trabalhadores migrantes, como Acordo de Regularização Migratória (2002), Acordo de Livre Trânsito e Residências para Nacionais dos Estados partes do Mercosul (2002)” (Mendes, 2016)

Em dezembro de 2010, foi dado importante passo para a construção de uma ação social mais efetiva mediante a decisão de implementar um Estatuto da Cidadania do Mercosul, que prevê um conjunto de direitos fundamentais e benefícios disponíveis em igualdade aos nacionais do Mercosul, incluindo o livre trânsito, a fixação e as condições laborais. No entanto, pouco se avançou neste assunto e principalmente nas políticas de cada país para implementação destes instrumentos.

Com relação à segurança territorial, poucas foram as medidas e ações realizadas em conjunto pelos Estados membros. De certa forma, os projetos de inserção regional são diferentes e cada país segue individualmente sua política de segurança pública. As políticas brasileiras de ocupação de fronteiras e controle de corredores de exportação é fonte de críticas por parte dos demais países, por considerarem fazer parte do projeto geopolítico expansionista. Assim, parece difícil a integração ou projetos de colaboração entre os países do Mercosul. (Miyamoto, 2002)

De certa forma, o Mercosul, em função de ser um acordo comercial recente, parece não contar com senso de coletividade e de totalidade entre seus Estados membros, o que dificulta as políticas regionais de integração e de um pensamento de bloco. Isso apontam Kegel e Amal (2013, p.25):

“os limites do projeto de integração regional estariam mais vinculados aos problemas de ordem econômica e política interna de cada país, às percepções nacionais da importância estratégica do bloco, e à forma como as dificuldades domésticas afetam o grau de comprometimento nacional com a integração”.

Por outro lado, não se pode desconsiderar os avanços que o bloco possibilitou aos Estados membros, principalmente nas áreas econômicas com os acordos já firmados e o fluxo de investimentos recebido do exterior, possibilitando o adensamento do comércio intra-regional, a integração de cadeias produtivas e a atração de investimentos. E, há de se citar a marca Mercosul, que já conta com o reconhecimento e identificação por parte da população e está presente nas relações internacionais. (KEGEL e AMAL, 2013).

Como se percebe o Mercosul ainda tem a avançar nas suas políticas de integração regional e criação de regiões transfronteiriças. No próximo tópico deste artigo serão apresentados os elementos das TTI's e será verificado que ainda há espaço para o Mercosul contribua com a realidade dessa territorialidade.

Mesmo que a integração entre os países seja vista como discurso estatal, cabe destacar a importância do conjunto de todas estas políticas na vida do morador da fronteira e como isto pode afetar sua percepção e suas vivências multiterritoriais e transfronteiriças.

4. AS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUASSU (TTI)

Para avançarmos na discussão sobre uma territorialidade transfronteiriça, é importante trazer a discussão a respeito da temática fronteira, que representaremos aqui pelos autores Newman (2008) e Rosiérer (2007).

Newman (2008), aborda que:

“a linguagem, em que está se discute fronteiras, vem mudando ao longo do tempo. Quando se fala em fronteirização, a fronteira pode ser vista como dispositivo de regulação dos processos de inclusão-exclusão, basicamente se referindo à fronteira estatal. Entretanto, hoje se discute fronteira do ponto de vista multidimensional, e se compreendem as relações de poder e manifestação territorial que estão dispostas”.

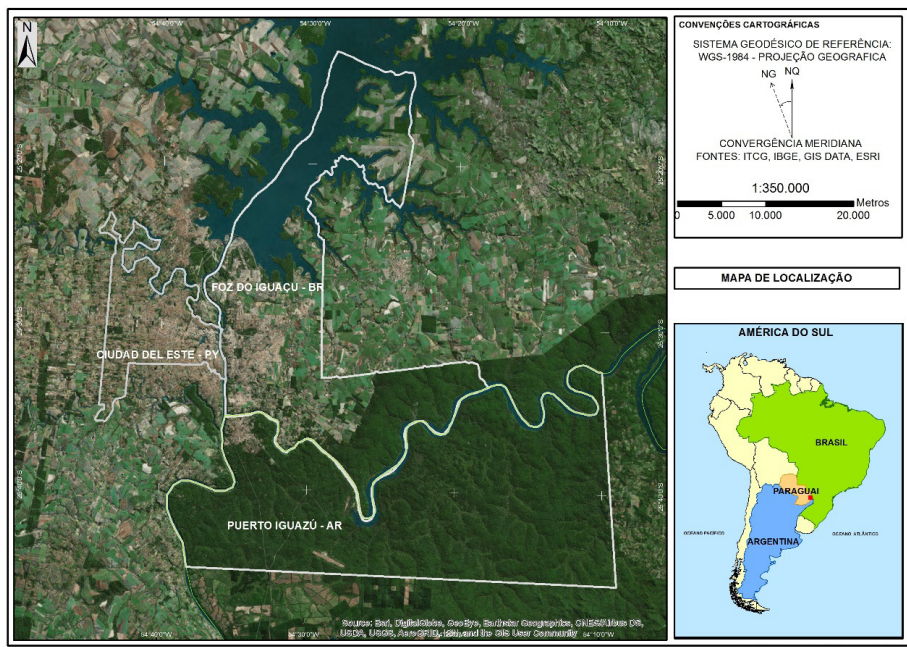
Na visão de Rosiérer (2007), existem três tipos de fronteira:

“o morfológico, ligado à natureza do traçado, ou à permeabilidade da fronteira; genético, ligado ao modo de formação da fronteira e controverso, relacionado ao grau de contestação da fronteira. O autor afirma que existe um conjunto heterogêneo de tipos de fronteiras onde estão incluídas: as organizações regionais; as fronteiras internas ou limites administrativos e as fronteiras socioculturais”.

A investigação demonstra elementos presentes que caracterizam o princípio da territorialidade transfronteiriça. Esta temática já foi abordada por outros autores (Cury, 2010; Haesbaert, 2001 e Carneiro, 2016) que estudaram os elementos de aproximação entre as três cidades que fazem parte deste transfronteiriço, são elas as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai).

A Tríplice Fronteira é típica, pois esse espaço geográfico é compreendido por três países, com junção entre as cidades, separadas apenas por dois rios o Paraná e o Iguaçu, tendo Foz do Iguaçu (Brasil), com 300 mil habitantes, Ciudad de Leste (Paraguai), com 380 mil habitantes e Puerto Iguazú (Argentina), com 82

mil habitantes, formando uma fronteira característica, que será analisada. São consideradas territorialidades conurbadas unidas por duas pontes. A primeira ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai foi concluída em 1965 e a ponte que liga Brasil e Argentina, denominada Tancredo Neves, foi concluída em 1985.



Mapa 1 - Localização da Fronteira Brasil - Paraguai - Argentina. Fonte: Geovane Calixto (2018)

Nesse espaço, é possível perceber as aproximações por intermédio de políticas de determinados autores como Itiapu Binacional, os Estados e iniciativas não governamentais como investimentos privados nas áreas turísticas, industriais e infelizmente pela existência e ação das organizações criminosas (contrabando de armas e drogas). Todo esse processo de integração transfronteiriça traz consequências em escalas locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Na visão de Carneiro:

“Na América do Sul, o papel das regiões transfronteiriças passou a ganhar mais destaque duas décadas antes da criação do MERCOSUL. No ano de 1969, a proposição de uma política transnacional que abrangia a fronteira. O Tratado da Bacia do Prata, assinado naquele ano por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, tinha como objetivo a promoção do desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável”. (Carneiro, 2016, p.39)

Essa rede de relação geográfica e socioespaciais que está presente nessa territorialidade transgride os limites oficiais do Estado-nação e se projeta-se para uma condição nitidamente transfronteiriça ou, em outras palavras, multi e, nesse caso, transterritorial – onde é possível verificar o fluxo e a mobilidade dos diferentes agentes nestes múltiplos territórios. (Haesbaert, 2014)

De acordo com os objetivos desta pesquisa, se procurará explorar elementos da constituição desta territorialidade e os elementos que favorecem movimentos de integração e visam o fortalecimento da territorialidade transfronteiriça.

4.1 Elementos De Constituição Das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI)

Segundo Farret (1997),

“setores como educação, saúde, comércio e lazer constituem mercados que variam de tamanho dependendo do custo e qualidade do bem ofertado. Nesse sentido, uma verdadeira política de cooperação em prol do desenvolvimento da territorialidade transfronteiriça deve levar em consideração: o tamanho da demanda, os limites da

propriedade imobiliária, homogeneização de normas, a tarifação e remuneração por serviços prestados por um país e ou cidade e um plano diretor para o espaço urbano transfronteiriço”.

Para a existência dessa territorialidade transfronteiriça, um ponto de extrema importância é considerar as permeabilidades dessas territorialidades, que fazem com que o fluxo de pessoas, mercadorias, ideias ocorra livremente, tanto de forma legal como ilegal. Assim, é comum cada indivíduo considerar na sua individualidade elementos de mais de um país, como a língua, a moeda, os hábitos alimentares e culturais, dentre outros. Essas condições já estabelecem as premissas da vivência transfronteiriça, como será abordado no próximo capítulo.

Na visão de Carneiro:

“Não obstante a ausência de homogeneidade sociocultural, alguns aspectos como as redes de parentesco, a presença de grupos étnicos nos diferentes lados do limite internacional, as atividades comerciais, religiosas e culturais e os fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações que diariamente atravessa os limites internacionais embasam a hipótese de que estão em andamento transformações territoriais que tendem a formar espaço regional transfronteiriço no coração da Bacia do Prata”. (Carneiro, 2016, p.115).

Para Marques (2017), nesta territorialidade os governos e populações procuram representar suas intenções ou mesmo procurar soluções para os problemas locais a partir da assinatura de Atos e Declarações, com o Ata de Iguaçu (Brasil – Paraguai - 1966) e a Declaração do Iguaçu (Brasil – Argentina – 1985) ou no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado em 1988 entre Brasil e Argentina.

Ainda na visão de Marques (2017), “entre Brasil e Argentina, a Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço – CODEFRO – criada em 5 de maio de 1999 por meio da assinatura em 10 de novembro de 1997 de um Acordo entre ambos países, e ratificado no Brasil através do Decreto nº 3.078 de 1º de junho de 1999, com complementações dadas por Protocolo Adicional assinado em 31 de janeiro de 2011, constitui-se numa instância política de diálogo, deliberação e tratamento de demandas para a integração e a cooperação bilateral”.

A partir desse contexto, serão tratados, portanto, exemplos que fazem das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI) preâmbulo da territorialidade transfronteiriça, dentro da perspectiva dos atrativos e empreendimentos transfronteiriços, saúde, transportes, economia, mobilidade urbana, educação e trabalho.

4.1.1 Atrativos e Empreendimentos Transfronteiriços

A TTI apresenta elementos que demonstram a característica transfronteiriça da região, compartilhando atrativos naturais, como as Cataratas do Iguaçu, ou mesmo com um empreendimento hidrelétrico binacional, como a usina hidrelétrica de Itaipu.

Com relação às Cataratas do Iguaçu, em Julho de 1916, o então presidente da província do Paraná, Affonso Alves de Camargo, assinou o decreto de desapropriação de 1008 hectares da área que era privada. Em 1918, foi assinada a Escritura Pública de Venda e em 19 de Janeiro de 1939 o decreto federal 1035 do Presidente Getúlio Vargas oficializou a propriedade como Parque Nacional do Iguaçu. A UNESCO declarou como patrimônio natural da humanidade em 1986. E hoje ela é uma das maravilhas da Humanidade. O Parque possui 185.262,5 hectares. (Seixas, 2012)

As Cataratas do Iguaçu trazem o elemento da natureza na cidade de Foz do Iguaçu e tem esse ponto de atração da atenção principal de turistas brasileiros e principalmente estrangeiros. Assim, tem-se um fluxo constante de turistas que acessam por via rodoviária ou aérea e trazem características cosmopolitas para a cidade.

Outro elemento transfronteiriça é a Usina Hidroelétrica de Itaipu. A inauguração da Usina de Itaipu reconstruiu o desenvolvimento dessa cidade e trouxe vários elementos que passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores. Desde a sua construção, a idealização de um bairro próximo à usina, da organização dos trabalhadores e barrageiros, da constituição das vilas de moradores, da criação de estruturas de saúde, educação e lazer, Itaipu agregou várias características que passaram a ser incorporadas pelos moradores desta cidade. (Oliveira, 2012)

Segundo Militieli (2012), o Tratado de Itaipu é o:

“documento símbolo do processo de integração e cooperação entre ambos os países e que influenciou as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este e Hernandárias, no Paraguai. As negociações iniciaram em 1966 e no primeiro momento visavam resolver um desconcerto entre os dois países sobre a quem pertencia a região de Sete Quedas – conhecida como Salto Grande ou Saltos del Guairá –, local onde o Brasil intentava construir uma usina hidrelétrica. Como fruto das conversações, publicaram a Ata de Iguaçu (ou Ata das Cataratas) assinada em Foz do Iguaçu, na data de 22 de junho de 1966 pelos Ministros das Relações Exteriores, o Embaixador brasileiro Juracy Magalhães e o paraguaio Raúl Sapena Pastor”.

Nos dados trazidos por Marques (2017):

“o entendimento de que a utilização do trecho do rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu seria feita de forma conjunta por Brasil e Paraguai, resultou no Tratado de Itaipu, firmado no dia 26 de abril de 1973 pelo Embaixador Mário Gibson Barboza, Ministro das Relações Exteriores do Brasil e Raúl Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, na condição de plenipotenciários. No Brasil, o Tratado foi promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973; e, no Paraguai, pela Lei nº 389, de 11 de julho de 1973”.

Em 1961, no governo Jânio Quadros, aparece o primeiro esboço de projeto para se aproveitar o potencial das Sete Quedas de Guaíra, criando a Itaipu Binacional, com diretoria empossada em maio de 1974. A construção da hidrelétrica começou em 1975 e foi concluída em 6 de maio de 1991, quando entrou em funcionamento o 18º gerador. No ápice da obra, chegou a ter 40 mil trabalhadores.

Sobre Itaipu Binacional, Marques destaca que:

“Sobre a Usina de Itaipu, interessante destacar o que delineia o parágrafo 1º, do artigo VII do Tratado: “As instalações e obras realizadas em cumprimento do presente Tratado não conferirão, a nenhuma das Altas Partes Contratantes, direito de propriedade ou de jurisdição sobre qualquer parte do território da outra”. A Itaipu é rotulada como binacional por abranger dois territórios internacionais distintos, destarte, é “uma empresa juridicamente internacional e sujeita somente aos procedimentos de tutela rep-

resentados em controles administrativos ou financeiros, de ordem externa ou interna, constantes das disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem (PARECER L-208, de 22.9.1978 – Consultoria Geral da República – CGU)”. (Marques, 2017. P.124)

Além de representar um acordo binacional, a usina de Itaipu empreende diversas ações ambientais, sociais e educacionais por meio dos seus projetos como Cultivando Água Boa, Parque Tecnológico de Itaipu – PTI, Hospital Costa Cavalcanti, dentre outros. Essas ações são realizadas tanto no Brasil quanto no Paraguai, criando condições para o fortalecimento das relações binacionais não só na parte de geração de energia, mas em dimensões que envolvem a vida dos indivíduos que vivem nessas cidades e são beneficiadas por diversos projetos estabelecidos pela usina.

4.1.2 Saúde

Com relação à saúde na territorialidade transfronteiriça do Iguassu, é possível perceber o dinâmico fluxo da população em busca de melhores condições da saúde pública. A cidade de Foz do Iguaçu conta com melhores e mais modernos serviços de saúde, tendo no Hospital Costa Cavalcanti um hospital de referência em diversas especialidades como Obstetrícia, Oncologia, Traumas, dentre outros para o atendimento da população regional. É comum a população de brasileiros que vive no Paraguai procurar os serviços de saúde no Brasil, mas há bastante procura da população de paraguaios e argentinos em serviços de medicina e odontologia em Foz do Iguaçu. Segundo Carneiro (2016, p. 161), “a população flutuante de pacientes sobrecarrega os serviços de saúde do município de Foz do Iguaçu. Prova disso é o número de atendimentos prestados no Hospital Costa Cavalcanti a pacientes oriundos do Paraguai cuja média vem subindo nos últimos três anos”.

Tanto a cidade de Puerto Iguazú como Ciudad del Este contam com hospitais públicos e privados, entretanto essas casas de saúde são de menor porte e com menor capacidade para grandes cirurgias e procedimentos médicos, como o Hospital Sara Schawarz (AR) e o Hospital Regional de Ciudad del Este (PY).

A discussão sobre recursos públicos do SUS na cidade de Foz do Iguaçu é bastante presente, tendo em vista o atendimento da população flutuante, que supera o número de habitantes da cidade. Os recursos do SUS são planejados a partir de dados do IBGE da população e, nesse caso, não inclui a população que utiliza os serviços de saúde, oriunda do Paraguai e Argentina. (Marques, 2017; Carneiro, 2016)

Soares aborda as questões relacionadas a fronteira e o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS):

“Assim, observando o que comentamos anteriormente sobre a população flutuante existente na fronteira, aqui se percebe o motivo da falta de recursos para a saúde, pois o quanto de recursos por município é calculado com base nos valores populacionais, valores que nem sempre retratam a realidade da situação vivenciada dos municípios de fronteira, como é o caso de Foz do Iguaçu. Na Ação Civil Pública nº 2006.70.02.007108-9, que abordarei a seguir, um dos pedidos se refere à condenação da União para inclusão, no cálculo da parcela a ser entregue ao SUS local, do número de “[...] brasiguaios residentes na região de fronteira [...]”, bem como solicita o ressarcimento dos atendimentos realizados à estrangeiros em situação de emergência”.

“Analisando em conjunto esses dois artigos, podemos concluir que a Ação Civil Pública sobre o acesso dos brasiguaios e estrangeiros ao atendimento de saúde na Tríplice Fronteira foi o mecanismo adotado pelo Ministério Público Federal buscando a efetivação do direito fundamental e universal da saúde que faz apelo a um discurso transestatal, ou seja, para além da história social das fronteiras e territórios nacionais. Isso ocorre quando a OMS, ao apelar para um conceito de cidadania trans, aponta para os direitos humanos de sobrevivência como superior à vontade do ente federativo”. (Soares, 2017, p.65)

Marques (2017) aponta que, na saúde, Foz do Iguaçu é a primeira cidade brasileira a implantar o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras – SIS-Fronteira que consiste em apoio financeiro às regiões de fronteira para a atendimento de moradores dos países vizinhos (brasileiros ou estrangeiros). As unidades de saúde do Jardim América e a reforma na unidade de saúde da Vila Yolanda, na cidade de Foz do Iguaçu, foram financiadas em parte com esses recursos.

“A unidade básica de saúde do bairro Jardim América é modelo de cooperação transfronteiriça. A unidade, que presta atendimento à população de 20 bairros da região oeste de Foz do Iguaçu, atende à comunidade brasiguiaia, que chega a vir de cidades distantes, como Santa Rosa del Monday (71km), Santa Rita (78km) e Naranjal (105km)”. (Soares, 2017)

No âmbito da saúde privada, é comum encontrar em clínicas médicas e odontológicas, pacientes vindos de cidades próximas à tríplice fronteira. Em determinados serviços, esse público pode representar até 50% do movimento

de pacientes, demonstrando o fluxo de pessoas na busca de produtos de saúde que avançam os limites das fronteiras.

Marques (2017), também destaca a implementação do Termo de Cooperação Técnica que visa harmonizar os atendimentos emergenciais pré-hospitalares, de salvamento, de combate a incêndios e outras ações da defesa civil. O Corpo de Bombeiros presta assistência a ocorrências registradas em Puerto Iguazú, Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai, porém são ações informais que carecem de acordos bilaterais. (Atas das XXXI e XXXIII Reuniões do Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú).

O mesmo comitê de integração aprovou, em 29 de Outubro de 2012, a proposta de criação da Rede de Urgência e Emergência Internacional, com equipe argentina que trabalha junto à Central do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência – SIATE 193. (Marques, 2012)

4.1.3 Economia

Quando se analisam os aspectos econômicos, pode-se perceber heterogeneidade e complementariedade das forças produtivas das três cidades fronteiriças. Um fator que integra economicamente é o desenvolvimento do turismo, entretanto é possível verificar diferenças entre as cidades na estrutura econômico do turismo.

No caso da cidade de Foz do Iguaçu, percebe-se maior estrutura da rede hoteleira, maior número de empresas de receptivo, melhor infraestrutura de transportes, no caso do aeroporto e das rodoviárias internacionais. Quando se olha para Ciudad del Este, se percebe a estrutura para o turismo de compras, redes de lojas que vendem produtos importados a preços competitivos. Além

da rede de comércio, percebe-se a existência de cassinos que atraem turistas de todas as regiões. (Welter, 2018)

A territorialidade ficou conhecida como polo de empresas de importação, que são vendidas no comércio de Ciudad del Este, principalmente pelo trabalho de migrantes chineses e árabe que transformaram a cidade no terceiro polo mundial de compras de turismo. (Oliveira, 2012; Militieli, 2016)

A cidade de Puerto Iguazú é conhecida pelas atrações gastronômicas, casas noturnas e cassinos que movimentam a fronteira, além do atrativo das Cataratas do Iguazú que atraem a atenção de turistas, especialmente os europeus. Na principal rua de comércio do centro da cidade de Puerto Iguazú, nela é possível encontrar comércio de artesanatos e restaurantes. Esta mesma avenida dá acesso ao marco das três fronteiras na cidade argentina. (Militieli, 2016)

Além do turismo, é de se destacar que a estrutura econômica de cada cidade apresenta significativas diferenças, Enquanto Ciudad del Este é considerada a 2º cidade em termos populacionais e econômicos do Paraguai, tendo empresas de agronegócio e ampla rede de comércio, Puerto Iguazú é considerada uma pequena cidade do departamento de *Misiones*, que vive basicamente de seus atrativos turísticos. Já Foz do Iguaçu é a 5º cidade em população do estado do Paraná e tem sua economia baseada no comércio e turismo.

Em termos da economia industrial, ambas as cidades apresentam baixo número de indústrias instaladas nos municípios. Nos últimos anos (2015-2017), percebe-se incremento na indústria de Ciudad del Este pelas leis de incentivo adotados pelo governo, principalmente atraindo industriais estrangeiros por conta dos custos de instalação e energia elétrica baixas, conhecida como Lei Maquila. Esta lei tem atraído a atenção de investidores para a abertura de plantas industriais, com o subsídio de terreno, construção de galpão, energia elétrica e impostos.

Um ponto importante a observar nesse sentido conforme Carneiro (2016, p.146) apresenta é que “...as três cidades estejam submetidas a decisões externas a elas, como aquelas provenientes de órgãos nacionais, como a Receita Federal e o Ministério da Fazenda do Brasil, que causam impactos na vida dos habitantes da fronteira”. Ou seja, a territorialidade fronteiriça não consta com instâncias decisórias, do ponto de vista econômico, próximas a realidade da região, o que pode trazer distanciamento das decisões à necessidade regional. Não se verifica, da mesma forma, uma integração transfronteiriça dos aspectos econômicos e nem esforços que explore as complementariedades de cada cidade, fomentando o desenvolvimento global.

4.2.4 Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana certamente é uma demonstração da transfronteiricidade diária que a população vivencia. Diariamente, o fluxo de pessoas e veículos entre as três cidades é intenso, o que demonstra como as pessoas vivenciam a fronteira, a partir da criação da rede regional, por meio de diversos laços que se estabelecem além da fronteira ou do limite geográfico dos países (Carneiro, 2016, Rabossi, 2004).

Existem linhas de transporte urbano internacional que faz o trajeto entre as cidades de Puerto Iguazú (AR) e Foz do Iguaçu (BR). O trajeto pode ser realizado em menos de 1 hora. Assim como a linha internacional Foz do Iguaçu – Ciudad del Este. Na região, se encontra a linha trinacional que faz o trajeto Puerto Iguazú – Foz do Iguaçu - Ciudad del Este. Além do transporte entre as cidades da fronteira, é possível acessar em cada uma das cidades transporte urbano para cidades próximas, como Hernandarias e Presidente Franco (PY) e Santa Terezinha de Itaipu (BR).

O Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), anualmente, realiza pesquisa do fluxo de pessoas e veículos na Ponte Internacional da Amizade (Brasil – Paraguai) e na Ponte Internacional da Fraternidade (Brasil-Argentina). Os resultados da pesquisa demonstram a intensidade dessa mobilidade entre pessoas da tríplice fronteira.

Como se pode analisar no gráfico 1, o fluxo de pedestres, ou seja, as pessoas que passam caminhando pela fronteira no ano de 2016 representa em média 12.853 pessoas, chegando ao máximo de 19.940 no ano de 2011. Isto mostra grande mobilidade de pedestre que a ponte da Amizade (Brasil-Paraguai) possui em comparação com a Ponte da Fraternidade (Brasil-Argentina), onde não é comum o trânsito de pedestres entre os dois países, dada a distância entre as duas cidades fronteiriças.

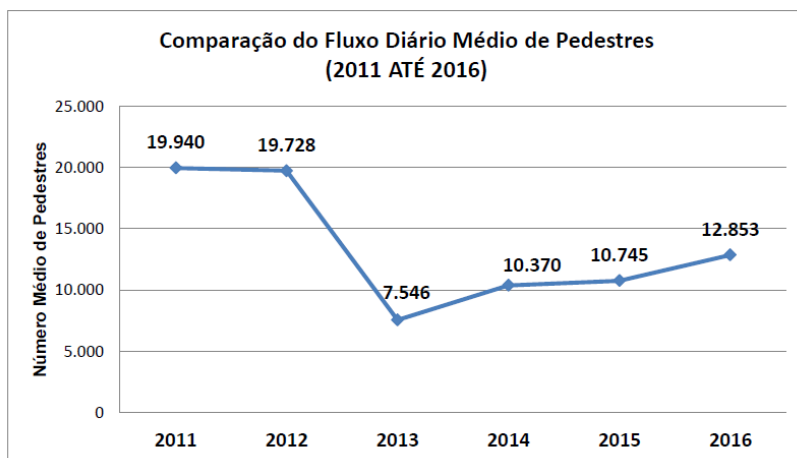


Gráfico 1 - Comparação do fluxo diário médio de pedestres (2011 até 2016)

Fonte: UDC, 2017

Já no gráfico 2, é possível analisar um comparativo entre os meios utilizados na ponte da Amizade (Brasil-Paraguai), além do pedestre, predominam as motos, quem em 2016 foram contadas em 11.065 motos em média, por dia. Apesar dos

ônibus estarem em número menor, nesse gráfico não está considerado o número de passageiros, apenas de veículos. De forma geral, é possível perceber que o fluxo de veículos diminuiu nos últimos 2 anos, quando comparados aos anos de 2012 e 2014.

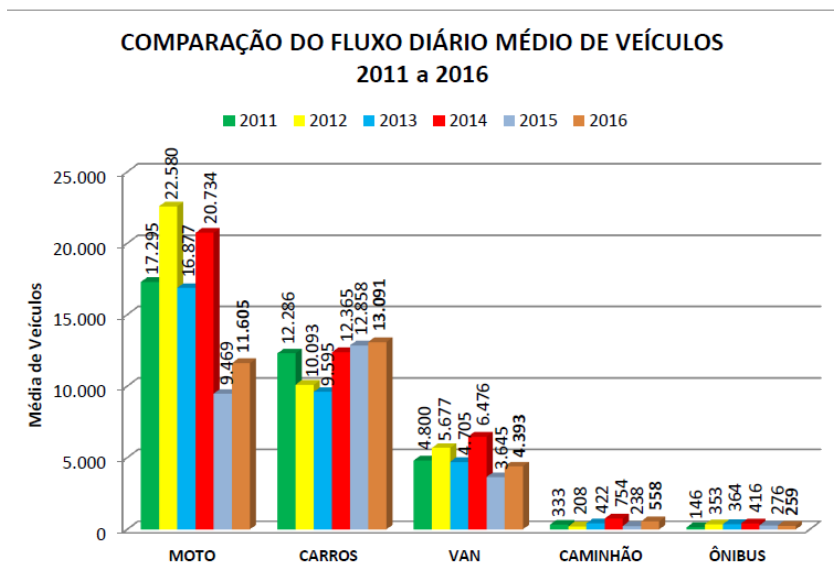


Gráfico 2 - Comparação do fluxo diário médio de veículos (2011 a 2016)

Fonte: UDC, 2017

Já na ponte da Fraternidade (Brasil-Argentina) os números são inferiores aos registrados na Ponte da Amizade, predominante o número de carros para a passagem da fronteira, ao contrário das motos, mais utilizadas na ponte da Amizade. O número de automóveis em 2016 foi de 4.985, este número é praticamente um terço do fluxo de automóveis registrados na Ponte da Amizade em 2016, que no total foi de 13.091.

O número de ônibus atravessando a fronteira Brasil-Argentina em 2016 foi de 169, e comparado ao trânsito de ônibus na fronteira Brasil – Paraguai que foi de 259, é menor.

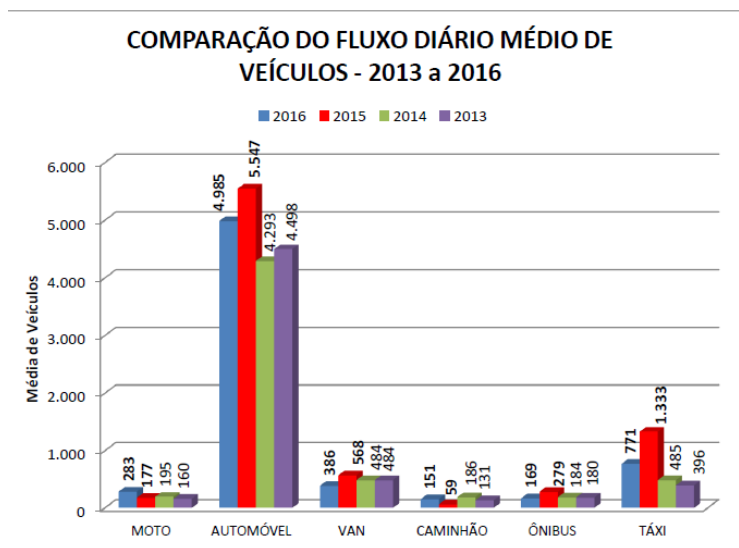


Gráfico 3 - Comparação do fluxo diário médio de veículos (2013 a 2016)

Fonte: UDC, 2017

Apresenta-se esses dados para comprovar o dinamismo e o intenso trânsito de pessoas, veículos e mercadorias entre as fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Argentina. Sem dúvida, o fluxo mais intenso é observado na Ponte da Amizade e dentre os fatores que se pode citar para que isso ocorra:

- a) o número de habitantes de Ciudad del Este é maior do que o de Puerto Iguazú;
- b) a facilidade no acesso e no trânsito aduaneiro é mais facilitado na fronteira Brasil-Paraguai;
- c) o comércio de importados existente na cidade de Ciudad del Este que atrai a atenção dos moradores de outras cidades tanto do Brasil quanto da Argentina;
- d) o número maior de brasileiros que moram no Paraguai, em relação aos brasileiros que moram na Argentina.

Assim, a condição da mobilidade reforça a existência da territorialidade transfronteiriça e tal condição trará consequências para a formação e construção

das identidades, tema que será trabalhado na sequência desta pesquisa. (Welter, 2018; Oliveira, 2012; Militieli, 2016)

4.1.5 Educação

Em termos educacionais, é possível verificar ações que procuram integrar a região da fronteira, em especial a criação da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) que tem como objetivo principal ter 50% de estudantes dos países latino-americanos e 50% de estudantes brasileiros. A UNILA foi fundada em 17 de Janeiro de 2008 e hoje conta com 3.889 (Ano Base 2017) alunos distribuídos em 29 cursos de graduação e 13 de pós-graduação (Mestrados), e tem como proposta o estudo e a criação de condições favoráveis para a integração e o desenvolvimento regional por meio da formação de recursos humanos que compreendam a dinâmica da América Latina e seus países.

Segundo Marques (2017):

“essa instituição federal de ensino remonta a sua historiografia ao mês de maio de 2007, quando em uma reunião na Usina de Itaipu, é estabelecida a criação do IMEA, unidade precursora da Universidade, através do Convênio entre a Hidrelétrica de Itaipu, a UFPR e a Universidade de Pisa, da Itália. Em dezembro de 2007, o MEC enviou ao então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva projeto de lei para a criação da Universidade, na cidade de Foz do Iguaçu. Em 17 de janeiro de 2008, a Secretaria de Educação Superior – SESU baixou a Portaria nº 43-Sesu/MEC57, pela qual se instituiu a Comissão de Implantação da Unila – CI-UNILA), composta por 14 membros. Em 12 de janeiro de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei nº 2.878 de 2008 para criação da Universidade, através da Lei nº 12.189”.

Outro ponto importante é a integração dos alunos dos três países em escolas e faculdades. É possível ver alunos paraguaios estudando em escolas regulares no Brasil e da mesma forma estudantes brasileiros matriculados em escolas no Paraguai. O destaque dessa situação é o contingente de estudantes brasileiros matriculados em faculdades de Medicina em Ciudad del Este. Isto ocorre pela facilidade de acesso, ou seja, não há necessidade de vestibular para ingresso tendo em vista que sobram vagas e pelo baixo valor das mensalidades cobradas por essas universidades quando comparadas às universidades no Brasil. Esses estudantes movimentam a fronteira, pois ora moram em Foz do Iguaçu e estudam no Paraguai ou em certos casos se mudam para Ciudad del Este onde moram e estudam. Somente uma das faculdades UPAP tem 2000 alunos brasileiros regularmente matriculados nos cursos de medicina (UPAP, 2018)

Da mesma forma, serão encontrados em menor número estudantes argentinos e paraguaios matriculados em escolas do Brasil, seja no nível básico ou fundamental. Isto representa enorme desafio, tendo em vista as diferenças no idioma, hábitos culturais e na própria dinâmica educacional.

Outro aspecto destacado por Marques (2017) é a:

“designação de fundos nacionais para o Programa Bilíngue de Fronteira, com a instituição do ensino da língua portuguesa e da língua espanhola desde o nível fundamental nas escolas das cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú. O Programa deve ser executado de diferentes formas: com contratação de professores de ambos os países, intercâmbio de alunos e docentes, com facilitação migratória na fronteira a título de prioridade. Esta foi uma decisão constante das Atas XXX e XXXI das reuniões do Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú”.

4.1.6 Trabalho

O fluxo de trabalhadores na tríplice fronteira é intenso. Seja em atividades legais ou ilegais, a criação de vagas de trabalho nos setores de comércio, contrabando e turismo movimentam o mercado de trabalho nas três cidades. Muitos desses trabalhadores operam na ilegalidade, tendo em vista a dificuldade para obtenção da documentação que legaliza sua condição de trabalhador fronteiriço. Nesse sentido, já existe a iniciativa governamental da Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriça, onde cidadãos brasileiros e argentinos poderão ocupar postos de trabalho nos dois países. No Brasil, o acordo foi aprovado no congresso em 2011 e desde já aguarda promulgação presidencial. Na Argentina, o acordo já foi aprovado e promulgado. Nele está prevista a possibilidade do exercício do trabalho de acordo com as leis nacionais, tendo todos os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados ao trabalhador, assim como as mesmas obrigações. (MERCOSUL, 2017)

Segundo Marques (2017), sobre a carteira vicinal:

“Em 30 de novembro de 2005, foi assinado o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas. Neste previu-se a institucionalização da Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço que visa facilitar a mobilidade entre as fronteiras Brasil e Argentina, em menor escala Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, com procedimento migratório ágil e simplificado, além de dar direito ao seu portador o livre exercício de trabalho, de atendimento médico e de ensino público de forma gratuita. Em 2007 a Dirección Nacional de Migraciones de Argentina implantou um sistema de confecção dessas carteiras, porém, o Brasil permaneceu inerte ao assunto e somente em 13 de janeiro de 2016 o Acordo foi promulgado pela então presidente brasileira Dilma Vana Rousseff com o Decreto nº 8.636 que dá competência ao Departamento da Polícia Federal proceder com as emissões” (Marques, 2017, p.83)

O comércio é a principal fonte de participação dos trabalhadores na fronteira, mas outras demandas econômicas crescentes começam a abrir possibilidade de trabalho como o Agronegócio no Paraguai, o Turismo no Brasil e Argentina e a forte industrialização no Paraguai, atraindo mão-de-obra especializada e técnica.

É possível observar os trabalhadores transmigrantes, ou seja, aqueles que no exercício das suas atividades profissionais cruzam as fronteiras diariamente. Dentre desse grupo, destacam-se os taxistas, moto taxistas, sacoleiros, representantes comerciais, dentre outros. (Oliveira, 2012; Rabossi, 2004)

Outro elemento importante na transfronteirização do trabalho é a Itaipu Binacional, que nos seus regulamentos conta com a meta de ter 50% dos trabalhadores do Brasil e os outros 50% de trabalhadores do Paraguai, trabalhando nas atividades de geração de energia da usina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível perceber com a realidade apresentada da TTI, a existência do Mercosul ainda necessita de mais medidas e não é suficiente para uma efetiva integração das relações diárias dos habitantes desta territorialidade. Apesar do bloco econômico propor e criar legislações e práticas específicas nas áreas de trabalho, educação, saúde, dentre outras, foi percebido que isto não se reflete no cotidiano transfronteiriço.

Nesse contexto, este artigo procurou estudar aspectos relacionados às fronteiras, nas Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI). Nessa territorialidade, formada pelas áreas das cidades de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR) já existem evidências de processos avançados de transfronteirização que envolvem questões geográficas, econômicas, sociais e de mobilidade urbana, favorecidos pela constituição do Mercosul.

Por transfronteirização compreendem-se os processos de aproveitamento de

uma fronteira limite territorial, que separa países e sistemas políticos econômicos, pelos habitantes desta territorialidade. A partir da mobilidade, os habitantes de uma transfronteira podem valorizar e incorporar em suas vidas aspectos que transcendem à fronteira limite, definida pelo Estado, estabelecendo relações de integração com os demais territórios, vivendo, de fato, a fronteira. É possível perceber todas essas condições nas TTI, conforme foi demonstrado em outros estudos e nas evidências apresentadas nesta tese.

Para chegar a estas considerações, foi realizado levantamento de dados a respeito das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu, identificando sua história, constituição, evolução, mudanças e importância no contexto geoeconômico. A partir de pesquisas documentais, foi possível construir um panorama das TTI em seus múltiplos aspectos e as possíveis relações com o estabelecimento do Mercosul. Também foram demonstradas evidências de uma territorialidade transfronteiriça a partir da análise das políticas e ações em saúde, transportes, educação, economia e mobilidade.

Algumas reflexões foram possíveis, a partir dos resultados desta pesquisa, e na verdade, deixam novas interrogações e questionamentos. É possível verificar que as fronteiras limites, impostas por condições econômicas e legais pelos Estados, não são necessariamente observadas pelos indivíduos para a constituição das suas identidades e para definição do espaço vivido. Esta condição é favorecida por uma dinâmica transfronteiriça marcada pela integração e liberdade de ir e vir desses indivíduos. As diferenças linguísticas, culturais, as tradições e os hábitos parecem não se constituírem barreiras, mas sim oportunidades de ir além das fronteiras pessoais e conhecer o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAND, Antônio; COLMAN, Rosa; MACHADO, Neimar. Os Guaranis nas fronteiras do MERCOSUL. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. Comunicação... Porto Seguro: Centro Cultural de Eventos do Descobrimento, 2008.

CARNEIRO, Camilo. Transfronteirizações na Bacia do Prata. Porto Alegre, 2016.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, M.J.F. Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Tese defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia. Curitiba, 2010.

DRI, Clarissa Franzoi; PAIVA, Maria Eduarda. Parlasul, um novo ator no processo decisório do Mercosul?. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 24, n. 57, p. 31-48, mar. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100031&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245703>.

FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: Fronteiras da América Latina: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, 292 p.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GENEYRO, R; MUÑOZ, M. “Evolución del tratamiento de la tematica socio laboral. Enumeración y análisis del SGT nº 10/GMC Relaciones Laborales, Empleo y Seguridad Social”. In: Revista de Direito do Mercosul/Revista de Derecho del Mercosur, nº 5, ano 2, Buenos Aires, p.193- 204, out. 1998.

GRANATO, Leonardo. MERCOSUR, ASIMETRÍAS E INTEGRACIÓN PRODUCTIVA: discusión y balance a 25 años de la creación del bloque. Cad. CRH, Salvador , v. 29, n. 77, p. 381-394, Aug. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000200381&lng=en&nrm=iso>. access on 06 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000200012>.

HAESBAERT, Rogério. Regiões transfronteiriças e redes “brasileiras” no MERCOSUL. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago. Anais do 8º Encontro de Geógrafos da América Latina. Santiago: Universidad de Chile, 2001.

- HISSA, C. E. V. A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: U.F.M.G., 2006.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso no Collège de France. São Paulo : Martins Fontes, 2009.
- KEGEL, Patrícia Luiza; AMAL, Mohamed. Perspectivas das negociações entre o Mercosul e a União Europeia em um contexto de paralisia do sistema multilateral e da nova geografia econômica global. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo , v. 33, n. 2, p. 341-359, June 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572013000200009>.
- MARQUES, Josiel Alan Leite Fernandes. Integração e cooperação territorial da tríplice fronteira de foz do iguaçu (brasil), puerto iguazú (argentina) e ciudad del este (paraguai). 2017. 171 p. Dissertação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu.
- MENDES, José Sacchetta Ramos. ¿PUERTAS ABIERTAS? migrações regionais, direito e integração na Comunidade Andina de Nações e no Mercosul. *Cad. CRH*, Salvador , v. 29, n. spe3, p. 77-92, 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000600077&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000600006>.
- MERCOSUL. Página brasileira do Mercosul. Disponível em <<http://www.mercosul.gov.br>>. Acessado em 14 out. 2017.
- MIYAMOTO, SHIGUENOLI. O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum?. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 16, n. 1, p. 54-62, Jan. 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000100007>.
- MILITIELLI, Edson Matias. A representação do argentino na (s) fronteira (s). 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

- NEWMAN, D. Boundaries. In: Agnew, J. et. al. *A Companion to Political Geography*. 1ª ed. Oxford: Basil Blackwell, 2003.
- PARLASUL. Parlamento del Mercosul. Disponível em <<http://www.parlamentomercosur.org>>. Acessado em 14 out. 2017.
- RABOSSI, Fernando. Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004
- ROSIÈRE, Stéphane. *Géographie politique et Géopolitique: une grammaire de l'espace politique*. Paris: Ellipses, 2007, 426 p.
- SCHADEN, E. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. 3. ed. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- SEIXAS, Lara Luciana Leal. Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: as fronteiras do cotidiano em terras (i)legais. , 2012, 181 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.
- SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. M. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.
- SOUZA, Vitor Hélio Pereira de. Integração territorial no Mercosul: o caso da IIRSA/COSIPLAN. Soc. nat., Uberlândia , v. 27, n. 1, p. 21-36, abr. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132015000100021&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320150102>.
- WELTER, Viviane da Silva. A hospitalidade e o controle na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina sob a perspectiva do turista brasileiro. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu.